

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal/ Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal/
Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016/Regulamentado pelo Decreto 452/2016



www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 24 de abril de 2020

03 Páginas / Ano 4 / Edição nº 286



DECRETOS

DECRETO nº. 140/2020

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 445.000,00** (quatrocentos e quarenta e cinco mil reais).

O Prefeito de Jaguariaíva, Estado do Paraná, **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº. 4.320/64 e artigo 4º, inciso III, da Lei Municipal nº. 2800 de 20 de dezembro de 2019,

DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguariaíva, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R\$ 445.000,00** (quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - SMECE
10.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
2.044 Manutenção da Educação Infantil
157.44.90.52.00.00.00 (104) Equipamento e Material Permanente 245.000,00
Total Suplementado: 245.000,00

14 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
14.01 Rec.sob a super da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN
0.006 Pagamento de Indenizações e Restituições
3.3.90.34.00.00.00.00 (501) Indenizações e Restituições 200.000,00
Total Suplementado: 200.000,00
Total Geral Suplementado: 445.000,00

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos:

I - Oriundos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2019.

Fonte	Descrição	Valor
104	Demais Impostos vinculados à Educação Básica	245.000,00
501	Receitas de Alienações de Ativos	200.000,00
	Total:	445.000,00

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2660, de 28 de julho de 2017. (PPA 2018 - 2021).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias.

Artigo 5º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 23 de abril de 2020.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal
HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos
VINICIUS ANDRÉ BRIZOLA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Finanças
NARA GISELLE BUENO
Secretária Municipal de Planejamento

DECRETO nº. 141/2020

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade ao servidor DÚRCILIO TOMAZ DE MIRANDA.

O PREFEITO DE JAGUARIAÍVA, no uso de suas atribuições legais nos termos do disposto no artigo 67, X e XI da Lei Orgânica Municipal, bem como com fulcro nos artigos 40, §1º, inciso III, 7º da Constituição Federal, artigos 45 e 46 da Lei Municipal nº. 2037/2009, ao servidor **DÚRCILIO TOMAZ DE MIRANDA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.904-0 SEI/PR e CPF/MF nº. XXXXXX.999-04, no cargo de Trabalhador Braçal, sob a matrícula nº. 124, junto à Prefeitura Municipal de Jaguariaíva,

DECRETA

Artigo 1º. Fica concedido o benefício previdenciário de **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE**, com fulcro no artigo 40, §1º, inciso III, 7º da Constituição Federal, e o artigos 45 e 46 da Lei Municipal nº. 2037/2009, ao servidor **DÚRCILIO TOMAZ DE MIRANDA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.904-0 SEI/PR e CPF/MF nº. XXXXXX.999-04, no cargo de Trabalhador Braçal, sob a matrícula nº. 124, junto à Prefeitura Municipal de Jaguariaíva.

Parágrafo Único. Os proventos, conforme artigo 38 e 46 da Lei Municipal nº. 2.037/2009, c/c art. 40, § 1º, III, 7º da Constituição Federal, serão **proporcionais**, à razão de **R\$ 1.120,82** (um mil, cento e vinte reais e oitenta e dois centavos) **por mês**, totalizando **R\$ 13.449,84** (treze mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) **anuais**, assegurando-se a revisão do benefício na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, de acordo com a variação integral do INPC, conforme artigo 40, §8º, da Constituição Federal, não podendo o benefício ser inferior ao salário mínimo nacional vigente.

Artigo 2º. As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das verbas do Instituto de Previdência e Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Jaguariaíva - IPASPMJ.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 23 de abril de 2020.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito
HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos
VINICIUS ANDRÉ BRIZOLA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município

VALDEMIR FERREIRA
Presidente do IPASPMJ

DECRETO nº. 142/2020

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição ao servidor SEBASTIÃO PEDROSO MACHADO.

O PREFEITO DE JAGUARIAÍVA, no uso de suas atribuições legais nos termos do disposto no artigo 67, X e XI da Lei Orgânica Municipal, bem como com fulcro no artigo 3º. Da Emenda Constitucional nº. 47/2005 e art. 121 da Lei Municipal nº. 2037/2009 que dispõe sobre Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jaguariaíva, ao servidor **SEBASTIÃO PEDROSO MACHADO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.674-0 SEI/PR e CPF/MF nº. XXXXXX.619-87, no cargo de Encanador Nível 04, sob a matrícula nº. 011, junto ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

DECRETA

Artigo 1º. Fica concedido o benefício previdenciário de **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com fulcro no artigo 3º da Emenda Constitucional nº. 47/2005 e art. 121 da Lei Municipal nº. 2037/2009 que dispõe sobre Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jaguariaíva, ao servidor **SEBASTIÃO PEDROSO MACHADO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.674-0 SEI/PR e CPF/MF nº. XXXXXX.619-87, no cargo de Encanador Nível 04, sob a matrícula nº. 011, junto ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Parágrafo Único. Os proventos, conforme artigo 3º, da Emenda Constitucional nº. 47/2005 e art. 121 da Lei Municipal nº. 2037/2009, serão **integrals**, à razão de **R\$ 4.023,82** (quatro mil, vinte e três reais e oitenta e dois centavos) **por mês**, totalizando **R\$ 48.285,84** (quarenta e oito mil, duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) **anuais**, assegurando-se a revisão para preservar seu valor real, na mesma proporção e na mesma data, que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, não podendo o benefício ser inferior ao salário mínimo nacional vigente.

Artigo 2º. As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das verbas do Instituto de Previdência e Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Jaguariaíva - IPASPMJ.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 23 de abril de 2020.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito
HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos
VINICIUS ANDRÉ BRIZOLA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Finanças
TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município
VALDEMIR FERREIRA
Presidente do IPASPMJ
DJALMA CAMARGO NETO
Presidente do SAMAE



PROCURADORIA GERAL

EXTRATO CONTRATUAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2020

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de projeto de substituição da iluminação pública existente por tecnologia LED.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1105/2020

CONTRATADO: ILUMINA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 29.678.767/0001-56. Data de Assinatura: 27/03/2020. Vigência: 12 meses. Valor Total máximo: R\$ 15.350,00

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2020

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Gás GLP para atender as Secretarias Municipais no ano de 2020.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1125/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2020

EMPRESA DETENTORA DA ATA: COMPANHIA ULTRAGAZ S.A, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 61.602.199/0232-44. Data de Assinatura: 23/04/2020. Vigência: 12 meses. Valor Total máximo: R\$ 84.320,00.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1126/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2020

EMPRESA DETENTORA DA ATA: HILANDER VALENTIM GUIMARAES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 78.321.221/0001-59. Data de Assinatura: 23/04/2020. Vigência: 12 meses. Valor Total máximo: R\$ 110.911,40.

EXTRATO CONTRATUAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviço de engenharia para realizar pavimentação em poliedro das Ruas Sebastião X. Sobrinho, Ubirajara Athayde e Antônio Roque de Lima (trechos) através do recurso oriundo do FINISA Lote 08,

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1127/2020

CONTRATADO: SCH SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 09.339.587/0001-32, Data de Assinatura: 23/04/2020. Vigência: 08 meses. Valor Total máximo: R\$ 297.000,00

EXTRATO CONTRATUAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2020
PROCESSO LICITATÓRIO 73/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviço de engenharia para realizar pavimentação em poliedro das Ruas Ivani P. Zanão e Guaira (trechos), através de recurso oriundos do FINISA lote 09,

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1128/2020

CONTRATADO: SCH SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 09.339.587/0001-32, Data de Assinatura: 23/04/2020. Vigência: 06 meses. Valor Total máximo: R\$ 318.500,00

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912455821, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses. Em conformidade com art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 19/02/2020 até 18/02/2021. Assinatura: 18 de fevereiro de 2020.

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº374/2019

MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno público com sede à Praça Isabel Branco, 142, Centro, inscrita no CNPJ/MF nº 76.910.900/0001-38, neste ato representado pelo SR **JOSÉ SLOBODA**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº XXX.839-7-PR e CPF nº XXX.XXX.333.009-82, residente e domiciliado PR 151, Km 217, Cx Postal 132, nesta cidade, Prefeito Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções, rescinde o Contrato Administrativo com admissão 05/06/2019 até 13/04/2020 em nome da contratada **DANIELA DA SILVA SCIENZA**, portadora do CPF nº 333.858.448-27, residente e domiciliada na Rua Leonel Ferreira de Barros, 40 Jardim Matarazzo II, Jaguariaíva/PR.

MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA
JOSÉ SLOBODA – PREFEITO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº262/2018

MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno público com sede à Praça Isabel Branco, 142, Centro, inscrita no CNPJ/MF nº 76.910.900/0001-38, neste ato representado pelo SR **JOSÉ SLOBODA**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 4.336.839-7-PR e CPF nº 529.333.009-82, residente e domiciliado PR 151, Km 217, Cx Postal 132, nesta cidade, Prefeito Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções, rescinde o Contrato Administrativo com admissão 04/04/2018 até 04/04/2020 em nome da contratada **DANIELA DA SILVA SCIENZA**, portadora do CPF nº 333.858.448-27, residente e domiciliada na Rua Leonel Ferreira de Barros, 40 Jardim Matarazzo II, Jaguariaíva/PR.

MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA
JOSÉ SLOBODA – PREFEITO

JULGAMENTO

Processo Administrativo Disciplinar
Autos nº 6597/2019
Investigado: Silvío Cézar de Almeida

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e tomadas as demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que:

Trata-se de processo administrativo Trata-se de processo administrativo disciplinar instaurado pelo Decreto 421/2019, em desfavor de **SILVIO CÉZAR DE ALMEIDA**, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de motorista de veículos pesados, sob matrícula 1.046, para apuração dos fatos informados no protocolo 6597/2019 na data de 03/06/2019, o qual menciona que o servidor se recusou a ajudar a técnica de enfermagem a retirar a paciente Márcia Anhaia de dentro da casa para levar até a maca, sendo que a enfermeira teve que pedir ajuda a um vizinho. O protocolo informa também, que o investigado arrancou bruscamente com a ambulância em alta velocidade, não esperando que a técnica de enfermagem colocasse o oxigênio na paciente, o que ocasionou mal-estar nas pessoas que estavam na ambulância, que chegaram a ter náuseas, inclusive a técnica de enfermagem chegou a vomitar, sendo passível de pena de suspensão e demissão, nos termos da Lei Municipal 2155/2010.

Designou-se a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto 012/2019 para apurar os fatos.

Instaurado o processo, foram autuados os documentos; após realizou-se a instrução do mesmo, com a oitiva de nove testemunhas e o interrogatório do investigado; encerrada a fase instrutória, a Comissão Disciplinar, concluiu pela responsabilização do investigado pela infração do art. 121º, inciso I, da lei municipal



2155/10; por fim, a Procuradoria Jurídica do Município apresentou parecer favorável a Comissão Disciplinar, opinando, assim, pela procedência do processo e pela aplicação de pena de suspensão de 03 (três) dias, conforme previsto do art. 135º da lei municipal 2155/10.

É o relatório do necessário.

¹ Art. 121. São deveres do servidor: I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.
² Art. 135. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que adoto como fundamentos.

Abstrai-se dos autos, em síntese, que o investigado na data de 03/06/2019 o qual menciona que o servidor se recusou a ajudar a técnica de enfermagem a retirar a paciente Márcia Anhaia de dentro da casa para levar até a maca, sendo que a enfermeira teve que pedir ajuda a um vizinho. O protocolo informa também, que o investigado arrancou bruscamente com a ambulância em alta velocidade, não esperando que a rica de enfermagem colapsasse o oxigênio na paciente, o que ocasionou mal-estar nas pessoas que estavam na ambulância, que chegaram a ter náuseas, inclusive a técnica de enfermagem chegou a vomitar.

O processo mereceu cuidadosa análise, pois é dever do servidor exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.

Na instrução probatória foi realizada a oitiva do investigado e de nove testemunhas, segue abaixo uma síntese dos depoimentos:[...]

Após as oitivas, a Comissão Processante entendeu pela necessidade de iniciar o investigado, nos termos do art. 121, I da lei municipal 2155/10, fls. 106/118. O investigado apresentou defesa no prazo concedido.

Na defesa, fls. 70/74, em fls. 119/149, o investigado afirmou inicialmente que houve um "tribunal de exceção" em relação ao julgamento em face do investigado, haja vista que segundo a defesa, o decreto 003/2020 não revogou o Decreto 421/2019. Primeiro ponto a ser analisado o Decreto 003/2020 revogou o Decreto 012/2019, que determina os membros da Comissão e do Presidente da Comissão Administrativa Disciplinar. Em relação às advertências aplicadas em prévio processo administrativo disciplinar, com razão assiste a defesa que devem ser retiradas da ficha funcional do investigado, eis que não precedidas de processo disciplinar. Nesse caso verifica-se a insubordinação aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa pela autoridade que aplicou as advertências, pois como sabido, não é dado à legislação local contrariar direito fundamental previsto expressamente no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, segundo o qual, "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes". A defesa menciona ainda, que os processos n. 11010/2015, 13936/2015, ultrapassaram o prazo de 03 (três) anos, sendo assim, devem ser retiradas da pasta do servidor, haja vista a ocorrência da prescrição. A defesa do investigado alega que a transferência do servidor para outro setor, se trata de uma punição e que não pode o investigado ser "punido" duas vezes, já que a transferência do mesmo para outro lugar dentro de suas funções tratou-se de uma punição. A defesa menciona que o investigado não ouviu o chamado da técnica de enfermagem, haja vista as circunstâncias e também o barulho da sirene da ambulância. Haja vista que a janela de acesso ao motorista encontrava-se fechada. Afirma também que a técnica não teve competência para colocação do oxigênio na paciente, haja vista que se tratou de uma conduta básica para qualquer profissional na área de enfermagem. A defesa juntou diversos documentos para demonstrar que a profissional Sr. Renata não foi fora treinada, ou é até mesmo pessoa incapacitada para atendimento na ambulância do município".

Diante do exposto acima, é necessário tecermos considerações com escopo no deslinde da causa.

Em que pese o alegado pela defesa, podemos afirmar categoricamente que houve o cometimento do ato falatório, já que as provas carreadas nos autos não deixam dúvidas.

As provas documentais lançadas nos autos que deram início ao processo, somadas aos testemunhos, complementam-se, sendo que esta última prova relata como foi o procedimento do processo, desta feita, bem analisou a questão, a Declaração Procuradora Geral, a qual fez um paralelo dos depoimentos, que somados, concluem indubitavelmente pela conduta reprovável do servidor. Ousamos citá-la: [...]

Deste modo, colocando-se numa linha do tempo, cada depoimento preencheu o espaço temporal dos fatos ocorridos na data de 03 de junho de 2019, sendo que todos relataram com minúcias sobre as atitudes do investigado incompatíveis com o serviço público.

A defesa do investigado não trouxe qualquer prova contrária a afirmação das testemunhas sobre as atitudes do servidor em não aguardar a técnica colocar o tubo de oxigênio na paciente arrancando bruscamente com a ambulância o que ocasionou, além da não colocação do tubo de oxigênio na paciente, bem como a ocorrência de náuseas na profissional de saúde que efetuou o atendimento naquele dia, bem como na acompanhante da paciente.

Não se pode furta-se de punir a atitude reprovável do servidor, haja vista que não se comunicou com a responsável pela equipe médica antes de arrancar com a ambulância ao sair do local, causando prejuízos à imagem da Administração Pública, uma vez que sua atitude desmoraliza a Administração Pública.

Diante do que foi exposto, concluiu pela responsabilização do investigado, o qual infringiu o art. 121, inciso I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo da Lei Municipal nº 2.155/10.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, tendo em vista as provas colhidas no caderno processual **julgo procedente o presente processo administrativo disciplinar, e condeno o servidor SILVIO CÉSAR DE ALMEIDA, a pena de suspensão de 03 (três) dias**, sem pagamento dos vencimentos e sem contagem do tempo de suspensão como tempo de serviço, para qualquer efeito.

Por derradeiro, que as punições não precedidas de prévio processo administrativo disciplinar e as prescritas, sejam retiradas da pasta funcional do servidor.

A vista do presente julgamento, determino seja dada a publicidade necessária ao

ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município.

Cumpra-se.

Jaguaraiá-PR, 17 de março de 2020.

JOSÉ SLOBODA

PREFEITO

JULGAMENTO

Processo nº 7725/2017

Sindicância: Para apuração dos fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral sob nº 70725/2017, com base nos relatos descritos no Boletim de Ocorrência nº 674066/2017, decorrido os fatos da menor J K B P.

I. RELATÓRIO

Vistos, relatados e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verificou-se que:

Trata-se de processo administrativo disciplinar instaurado pelo decreto nº 567/2017 para apurar fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral nº 7725/2017 em razão dos fatos da infante J K B P.

Designou-se a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto nº 003/2020 para apurar os fatos.

Instaurado o processo, foram autuados os documentos; após realizou-se a instrução do mesmo, com a oitiva das testemunhas e o interrogatório dos servidores envolvidos nos fatos; encerrada a fase instrutória, a Comissão Disciplinar, concluiu pela inexistência de provas comprobatórias ou responsabilização de profissionais com força no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, mediante aos fundamentos da Lei Municipal 2155/2010 . A Procuradoria Jurídica do Município apresentou parecer favorável a Comissão Disciplinar, opinando, assim, pela improcedência do feito, a concluir, por conseguinte ao encerramento da sindicância e arquivamento dos autos.

É o relatório do necessário.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que adoto como fundamentos.

Abstrai-se dos autos, em síntese aos fatos imputados para averiguações dos fatos com base nos relatos decorridos do Boletim de Ocorrência nº 674066/2017.

Descrição Sumária:

Relata a notícia que J K B P, devido a uma queda na data de 06/06/2017 foi submetida ao atendimento da Unidade Básica de Saúde e ao Hospital Carolina Lupion até 08/06/2017. Em data de 11/06/2017 foi internado no Hospital, onde mais tarde foi transferida para Hospital Regional de Ponta Grossa/PR por volta das 20h40min, onde veio a falecer por volta das 02h26min.

A Comissão Administrativa apresentou o Relatório Final, concluindo os trabalhos da investigação dos fatos, cujas atribuições limitou-se a análise dentro dos parâmetros disciplinares dos servidores envolvidos no fato, aos quais deixou de existir provas que comprovem faltas disciplinares individualizadas.

A Comissão Permanente, buscou pelos esclarecimentos e informações acerca das consultas realizadas com a presença da menor no Posto de Saúde Dr. Américo Faustino de Carvalho, onde ficou constatado sendo a primeira procura em decorrência do suposto tombo, havido o seu atendimento nas primeiras horas do expediente. Que evidência as informações de que a menor não chegou na Unidade para consultar com queixa pelo motivo da queda e por ter batido a cabeça, mas sim, apresentando queixa de dor na barriga, foi medicada, segundo o depoimento da médica pediatra foi realizado exames físicos de praxe, não apresentando nenhum tipo de hematomas ou sinais no corpo que demonstrassem evidências de atendimentos emergências, apenas na saída da unidade o pai fez o comentário do suposto acontecimento da menor ter caído na escola e batido a cabeça, onde a profissional orientou ao pai que se assim continuasse a menor a reclamar, que ele retomasse novamente a unidade para ser consultada.

No mesmo dia no período da tarde, a menor deu entrada no Hospital Carolina Lupion, para o atendimento do Pronto Socorro, apresentando vômitos, foi internada em observação por mais de 12 hrs, na ala pediátrica. Neste período não existiu anomalias, tendo a paciente durante todo o período passado bem e devido a melhora considerável, recebeu alta no dia seguinte através da pediatria médica pediatria daquela ala. Confirmados pelos demais servidores da área da saúde e atendimentos de enfermagem.

Nota-se que no domingo houve o retorno da paciente para o Hospital, onde foi atendida no pronto socorro com crise convulsiva, sendo estabilizada a situação com o atendimento do médico de plantão, foi internada novamente no Hospital Carolina Lupion, sendo observada durante o dia, medicada, passou bem.

No período da noite, houve o retorno das crises convulsivas, havido o imediato chamado de plantão do pronto socorro para o seu atendimento, que realizou os procedimentos necessários do atendimento no momento da crise, de forma que em seguida, foi acionado o médico pediatra de plantão para o atendimento da situação agravada da paciente.

O médico pediatra de sobre aviso, ao observar diagnosticou grave a situação da paciente com possível trauma cerebral, atendendo imediatamente os procedimentos necessários para amenizar a crise, iniciou os contatos em diversos locais para buscar vagas em outros hospitais com mais capacidade para transferi-la.

Restou constatado que a menor já no estado de crises convulsivas reentrantes, não respondendo mais, possivelmente a conclusão médica com o edema cerebral, a menor intubada foi transferida para a Regional da cidade de Ponta Grossa/PR, vindo a falecer logo que deu entrada ao socorro no hospital.

Com base na instrução probatória, ficou evidenciado minuciosamente que todos os profissionais no atendimento da menor realizaram a contento as suas atribuições e funções e responsabilidades disciplinares, com o determinado zelo, cuidado, não comprovando nenhum desvio de comportamento com imprudência, negligência ou imperícia, observado a situação presente a cada momento e atendimento.

Já no domingo, quando a menor retornou para o hospital, encontrava-se no estado evoluído com convulsão aparente, atendida no pronto socorro, internada e medicada teve melhoras durante o dia, passando pela situação agravada-se no período da noite, devido o retorno de novas convulsões, que levaram a menor a transferência de hospital para o Regional de Ponta Grossa/PR, tendo parada respiratória, entrou em óbito na chegada do atendimento. O óbito ocorreu no dia doze de junho de dois mil e dezessete, às 02h 26min.

Nessa oportunidade, foram investigados todos os profissionais envolvidos tanto na área educacional como da saúde quais estiveram envolvidos no atendimento da menor, desde o início da situação.

Assim concluiu que houve o devido zelo, cuidado e atenção com a menor, tanto na escola onde a menor frequentava, como nas unidades de saúde as quais buscou pelo atendimento de consulta e pronto socorro.

Pois, na escola o dia de aula transcorreu normalmente, que em decorrência do tombo ocorrido dentro da sala de aula, a professora atendendo aos demais da classe com tarefas não observou nenhum tombo com a menor no momento, passou a ter o conhecimento posteriormente quando o pai fez o comunicado no dia posterior quando visitou a escola com a filha para tirar foto, sendo que a menor não contou para a professora que havia caído e batido sua cabeça;

Na Unidade de Saúde, a menor esteve durante os fatos por uma única vez, qual foi atendida e consultada pela profissional médica, sem ter havido nenhum retorno para atendimento da menor por sinais neurológicos, queixa neurológica, crises ou dores evoluídas.

Devido a todas as situações em que esteve no Hospital Carolina Lupion quando apresentou vômitos no primeiro momento na quarta-feira, foi imediatamente internada em observação por mais de 12 horas para averiguar qualquer situação de evolução, recebendo alta no dia seguinte por não apresentar nenhum sinal neurológico.

Diante da situação, retornou ao hospital no domingo com crises convulsivas, quando foi atendido pelo pronto socorro e novamente internada e medicada, passando a evoluir as crises no período da noite do mesmo dia, a menor foi atendida pelo pediatra que diagnosticou a evolução da situação para possível trauma cerebral, que atingiu rapidamente a crises mais graves, atentando a atender sua transferência para um hospital com mais capacidade de

atendimento. Foi transferida para o Hospital Regional de Ponta Grossa/PR, entrando em óbito na mesma madrugada.

Das responsabilidades de profissionais quanto inflações por erro médico ou não importa competência unicamente ao competente Código de Ética Médica concernente a aprofundamentos perícias e provas dirigidas a esfera do Conselho Regional de Medicina, bem como ainda falta ética na profissão, como Justiça Cível e enquadramentos de conduta penal, Justiça Criminal, mantido as competências administrativas o dever funcional.

Dos depoimentos prestados pelas testemunhas e do conjunto probatório documental estas convalidam a inexistência do ato praticado por servidor público municipal no exercício de sua função, imputada pelo conhecimento dos fatos constantes do Boletim de Ocorrência 674066/2017 a supostas inflações existentes de servidores da Educação " Escola Municipal Antonio Fanchin", bem como servidores lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal Carolina Lupion, concluindo a Comissão Administrativa Disciplinar pela inexistência da consumação de inflações existentes de servidores público municipais.

Esclarece-se que do conjunto probatório dirigido a cada item relatado das ocorrências, razões adotadas como fundamento de julgamento, os depoimentos relatam num mesmo prisma a confirmar a inexistência de inflações disciplinares atribuídas a servidores públicos municipais.

Recebo do conjunto probatório dirigido a cada item relatado das ocorrências, razões adotadas como fundamento do julgamento, às regras de conduta necessárias ao regular andamento do serviço público, sendo inexistente inflações de praticas por servidores, cabendo à Administração Pública, concluir pelo encerramento do feito.

III. JULGAMENTO

Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar os fatos decorrentes do Boletim de Ocorrência 674066/2017.

1. ACATO o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o art.172 da Lei nº 2155/10;

2. APROVO o Parecer Jurídico, parte integrante desta decisão.

4. DETERMINO o encerramento do processo administrativo de sindicância em razão da inexistência de provas, o arquivamento dos autos.


A vista do presente julgamento, determino seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município.

Cumpra-se.

Jaguaraiá, 19 de março de 2020.

JOSÉ SLOBODA

PREFEITO



SMECE

ATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2020

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com fundamento no disposto na Deliberação nº02/2018 nº CP/CEE/PR., no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Homologar a Constituição do Conselho Escolar da **Escola Municipal Antônio Fanchin**, município de Jaguaraiá, para o Biênio de 04/10/2019 a 04/10/2021, ficando assim constituído:

Presidente:	Rogéria Leigos do Nascimento
Representante da Equipe Pedagógica	Maria Zildineis Ribeiro
Representante da Equipe Técnica-Administrativa	Juliana Koene Vanjura
Representante do Corpo docente	Francisco Moreno da Silva Netto Susanne Maria Lopes Gorni
Representante da Equipe de Serviços Gerais	Elí Soares de Mera Nelci Aparecida Rodrigues
Representante da APMF	Roselaine Oliveira do Amaral Maísa Pivovar Cnivi
Representante dos Pais	Karullinne Anderson Torres Polo Ayllen Caroline Ribeiro Elisete Aparecida Yaros de Souza Eduardo Akio Murakami
Representante da Sociedade Civil	Danielle Acácia Nogueira Oelbert Florêncio de Miranda

Jaguaraiá, 22 de abril de 2020.

Alicione Lemos
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE

ATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2020

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com fundamento no disposto na Deliberação nº02/2018 nº CP/CEE/PR., no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Homologar a Constituição do Conselho Escolar da **Escola Municipal Maria de Lourdes Oliveira Taques**, município de Jaguaraiá, para o Biênio de : 05/06/2019 a 05/06/2021, ficando assim constituído:

Presidente:	Filomena Aparecida de Lima e Silva
Representante da Equipe Pedagógica	Priscila Frizzanco Adão
Representante da Equipe Técnica-Administrativa	Sariene Aparecida Maceno
Representante do Corpo docente	Ana Paula Prado do Nascimento Jocimara de Mello
Representante da Equipe de Serviços Gerais	Ana Mary Cardoso Sileiro Ana Paula Ribeiro Godoy
Representante da APMF	Daiane Teixeira Bueno Rosemaria Da Silva Ribeiro
Representante dos Pais	Fernanda Costa dos Santos Denise Miranda Gurgel
Representante da Sociedade Civil	Renilde Luiza de Lima Pinto Fabiane Costa Passos

Jaguaraiá, 22 de abril de 2020.

Alicione Lemos
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE



EXPEDIENTE

Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguaraiá

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica do Município de Jaguaraiá/PR - Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016/Regulamentado pelo Decreto 452/2016,

Rosana Araujo Lopes - MTB. nº 3194 - PR
Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação Social
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta
Fone: (43) 3535-5638

E-mail: comunicacao@jaguaraiia.pr.gov.br



SEFIN

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁVA - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54-2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PROJETO DIGITAL BARCO DO CINE TEATRO VALÉRIA LUERCY.

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 08/05/2020 às 14:00 horas.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 13:30min do dia 27/04/2020, até às 13:30 do dia 08/05/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 13h31min às 13h59 do dia 08 de maio de 2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h00min horas do dia 08 de maio de 2020.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, 3º Andar no endereço informado abaixo.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site: www.blcompras.org.br - Maiores Informações no Dept.º de Compras e Licitação – sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535-9455, no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguaraiava, 23 de abril de 2020.

ELIO ZUB JUNIOR
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁVA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 10/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviço de engenharia para realizar pavimentação em CBUQ da Rua Olga Kojo Turek e Marechal Deodoro da Fonseca - trecho entre a Rua Sara Washington Abrão e Rua Altair Santana, Vila Fonseca II. **ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 12 de maio de 2020 às 09h30min, **LOCAL DE ABERTURA:** Sala de Reuniões e Licitações, 3º Andar no endereço informado abaixo.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser adquirido através do e-mail: comprasjag@gmail.com ou através do link <http://portal.jaguaraiava.pr.gov.br/transparencia/licitacoes/>. Maiores Informações no Dept.º de Compras e Licitação – sito a Praça Isabel Branco, 142, Centro Administrativo Otélio Renato Baroni - telefone (43) 3535-9400 – Ramal: 9458 no horário: das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h30min.

Jaguaraiava, 23 de abril de 2020.

Vinicius Weigert
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO